

Iniciativa Imagine Brasil

Síntese do Diálogo com Líderes Empresariais

A iniciativa **Imagine Brasil** tem como objetivo mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade, visando contribuir para o Brasil encontrar caminhos para o seu desenvolvimento. Esta etapa do projeto prevê a realização de reflexões e diálogos com representantes destes setores.

Após o evento de lançamento do projeto, ocorrido em agosto, já foram realizados cinco Diálogos – sobre Educação, Defesa e Segurança Pública, Meio Ambiente, Lideranças Sociais e Lideranças Empresariais.

Este quinto encontro da série *Aspiração para o Brasil*, realizado em 11 de novembro, contou com a participação de um seleto grupo de líderes, composto por: Pedro Passos (Natura), Renan Chieppe (Grupo Águia Branca), Guilherme Scheffer (Scheffer Agropecuária), Marco Stefanini (Stefanini), Janet Vaz (Sabin), Pedro Wongtschovski (Grupo Ultra/Ipiranga), Fábio Barbosa (Gávea Investimentos), Sérgio Moura (Baterias Moura), Denis Minev (Bemol), Horácio Lafer Piva (Klabin) e Eugênio Mattar (Localiza) – (veja minibiós em anexo).

Os participantes foram convidados a refletir sobre o Brasil e a compartilhar suas visões sobre o contexto histórico de suas áreas e seus anseios e sonhos para o país até 2030. O objetivo dos Diálogos é ampliar a escuta dos brasileiros e buscar possíveis convergências para fazermos a ponte entre aspiração e performance, que é onde o sonho se transforma em realidade.

.....

Em destaque

- Os dados apontam que a desigualdade está aumentando no país, a partir das transformações tecnológicas, e sem perspectivas de inclusão social;
- O Brasil precisa implementar políticas econômicas e sociais eficazes, com as reformas administrativa e tributária, assim como investimentos em educação, saúde e segurança;
- Temos de reduzir os gargalos que afetam o crescimento sustentado do país para melhorar a produtividade e o ambiente de negócios, assim como reduzir o desemprego, a insegurança jurídica e ampliar a defesa do meio ambiente;
- O Brasil deveria garantir um nível mais elevado de crescimento para atingir uma classificação de economia de alta renda por volta de 2030;
- É fundamental também investir em inovação, ciência e tecnologia;

- Precisamos de políticas públicas condizentes com nossas necessidades e com a devida participação das empresas e da sociedade civil como um todo;
- Todas as aspirações dependem de investimentos educacionais que mudem os paradigmas do segmento no médio e longo prazos;
- Precisamos ter como pilar um ensino básico de qualidade nas escolas públicas, incluindo a educação em tempo integral, visando reduzir as desigualdades;
- Líderes precisam transformar seu *mindset* empresarial para que se tenha uma percepção mais ampla da realidade global, com uma visão mais tecnológica e menos industrial;
- Precisamos fazer a transição para a economia de baixo carbono e priorizar a defesa e a preservação da Amazônia;
- Temos de preservar nossa democracia participativa e garantir a participação da sociedade e a preservação da autonomia e da independência dos poderes, reforçando a importância de um Poder Judiciário ético e produtivo;
- Precisamos nos imbuir mais do que denominamos de “sentido de urgência”, para que aspirações se tornem realidade diante do contexto “da gestão ruidosa” do atual governo e dos efeitos da pandemia;
- A sociedade precisa “subir a barra da ambição” para viabilizar as aspirações suscitadas;
- Na perspectiva de 2030, o Brasil precisa se manter, com base na realidade atual, num ranking pelo menos intermediário entre as maiores nações do mundo;
- Como lideranças empresariais e cidadãos, temos a responsabilidade de aprofundar os diálogos e as reflexões de temas como os propostos pela FDC por meio da iniciativa Imagine Brasil.

Contexto Histórico e Aspirações

O Brasil vive hoje um contexto histórico complexo. Por um lado, não temos problemas de fronteiras, nem temos pretensões hegemônicas ou mesmo crises naturais. E crescemos, em média, 7% ao ano entre as décadas de 1920 e 1980. Mas os dados atuais indicam que estamos aumentando a desigualdade, principalmente a partir das transformações tecnológicas e da economia digital, sem perspectivas de promovermos inclusão social ou reduzirmos a concentração de riqueza.

Nesse sentido, o país precisa voltar a priorizar a realização de políticas econômicas eficazes, com as reformas estruturais necessárias para executarmos as políticas sociais essenciais nas áreas de educação, saúde e segurança. Com elas, seria possível reduzir os gargalos que afetam a taxa de crescimento sustentado do país, e os indicadores dele decorrentes, como a elevação da produtividade, a melhoria do ambiente de negócios, a redução do desemprego, o combate à insegurança jurídica, a defesa do meio ambiente – o que levaria ao fortalecimento das instituições e da democracia ainda incipiente no país.

Entre as mudanças estruturais, ressaltamos a necessidade de priorizar as reformas administrativa e tributária para que o país possa implantar as políticas públicas essenciais para o desenvolvimento almejado.

Para isso, é importante destacar o papel da governança política de qualidade para a execução de políticas públicas condizentes com nossas necessidades e com a devida participação das empresas e da sociedade civil como um todo. O papel do setor público torna-se fundamental para garantir a implantação de diretrizes macroeconômicas que tenham, também, caráter social.

O país precisa, portanto, promover maior eficácia operacional do setor público para que o Estado seja mais leve e eficiente, com foco nas três áreas prioritárias: saúde, com ampliação de serviços de qualidade do SUS; educação, com ênfase em escolas técnicas, educação digital e educação básica integral; e segurança.

Devemos almejar uma administração pública mais eficiente, na qual a produtividade seja o fio condutor das ações que levem a políticas mais transparentes, visando sempre à promoção do bem-estar social, por meio da geração de empregos e de maior distribuição de renda.

Nesse contexto, vale salientar também que todas as aspirações de uma sociedade melhor e mais justa dependem, fundamentalmente, de investimentos em uma política educacional que mude os paradigmas do segmento no médio e no longo prazo. Precisamos ter como pilar um ensino básico de qualidade, em especial nas escolas públicas, que sirvam como vetor de diminuição das desigualdades e de maior mobilidade social.

O país já conta, em diversos estados, com experiências e tecnologias bem-sucedidas de programas de educação em tempo integral, que devem ser replicados em todos os estados com a implantação de sistemas eficazes de avaliação escolar e treinamento de professores. Temos também de investir em pesquisa, conhecimento científico e desenvolvimento de jovens talentos.

No setor produtivo, é preciso buscar maior participação do empresariado em diversas iniciativas, com o objetivo de valorizar e fomentar o ambiente de negócios, ampliar os investimentos em inovação, ciência, tecnologia e elevar a produtividade nas organizações, por meio de implementação de projetos que sejam replicáveis em diversas realidades.

A geração de recursos para pesquisa e inovação deve ser fruto de uma ação conjunta e sinérgica dos setores público e privado, sempre visando criar o ambiente adequado à almejada retomada do desenvolvimento social e econômico.

Ao mesmo tempo, temos de promover maior inserção do Brasil nas cadeias produtivas globais, nas quais a competitividade, a produtividade e a busca de novas tecnologias representam graves entraves para o setor produtivo brasileiro nesse contexto internacional.

Nesse sentido, os líderes precisam transformar o *mindset* empresarial, para que se tenha uma percepção mais ampla dessa realidade global, cuja visão é, a cada dia, mais tecnológica e menos industrial. E vale lembrar que as gerações mais jovens já têm um *mindset* diferente, o que não só é fundamental, mas também facilita essas mudanças.

Essa concepção de pensamento mais avançada contribui para que o país crie uma agenda positiva focada no crescimento, com reflexos internos e externos, visando melhorar a imagem do Brasil lá fora e buscando a consequente recuperação dos fluxos de capitais para o país.

A questão ambiental torna-se igualmente relevante na perspectiva dessa retomada e da inserção internacional do país. Precisamos, com urgência, fazer a transição para a economia de baixo carbono e priorizar a defesa e a preservação da Amazônia.

Podemos implementar, simultaneamente, programas de recuperação de nossos sistemas agroflorestais, como o desenvolvimento agropecuário de alta produtividade e sonho de nos tornarmos uma grande potência ambiental.

Devemos, ainda, ter uma ampla e sólida visão da importância de mantermos os preceitos e os valores da nossa democracia participativa, visando reestruturá-la, na medida do necessário, com a garantia da manutenção da participação da sociedade e da independência dos poderes. Em outras palavras, é preciso garantir o engajamento da sociedade e o exercício do direito à cidadania.

No contexto da autonomia dos poderes, precisamos reforçar a importância de um Poder Judiciário ético e produtivo, no qual os preceitos da Justiça funcionem bem, e garantir a redução máxima dos riscos da insegurança jurídica no país. Isso se faz essencial para avançarmos na busca dessa maior produtividade nas empresas e da melhoria do ambiente de negócios.

Na perspectiva das aspirações possíveis para um período relativamente curto, até 2030, destaca-se a possibilidade de o Brasil se manter, com base na realidade atual, num ranking intermediário entre as maiores nações do mundo. Seria plausível, por exemplo, ficarmos numa lista das Top 8 – sem chegar ao patamar mais avançado das Top 5, mas também sem cair para um cenário mais pessimista, como o das Top 10.

Essa visão realista das mudanças possíveis nos próximos anos leva em conta a complexidade e a diversidade dos vários 'Brasis' que existem dentro do país. Para o grupo, como 2030 está "logo ali", o tamanho desse sonho não deve ser mais amplo, porém, deve ser condizente com as perspectivas reais da evolução da economia nesse período.

Uma das aspirações mensuráveis que identificamos para o Brasil seria garantir um nível mais elevado de crescimento, o que levaria o país a atingir uma classificação de economia de alta renda por volta de 2030, com menos desigualdade (renda per capita superior a US\$ 12,696.00).

Para isso, precisamos nos imbuir um pouco mais do que denominamos de "sentido de urgência", para que essas aspirações possam se tornar realidade, especialmente diante do contexto "da gestão ruidosa" do atual governo e dos efeitos da pandemia. Para tal, a sociedade precisa manter um nível mais elevado de mobilização, com o objetivo de realizar as mudanças necessárias.

Concomitantemente a essa percepção de urgência, a sociedade precisa também, como salientado, "subir a barra da ambição" para viabilizar as aspirações suscitadas nas discussões e que precisam fazer parte dos anseios da sociedade, para que ela "pense grande" no médio e longo prazos.

Num exercício de reflexão futura, ressaltamos, ainda, que será preciso chegar a 2030 com a percepção de que o país terá de fato realizado, até aquele ano, todos os movimentos necessários para que as mudanças dos "últimos oito anos" tenham sido eficazes, tendo como referências as eleições do ano que vem.

Só assim será possível ter, em 2030, a convicção do acerto na escolha nas eleições presidenciais de 2022. Esse será o caminho para superar, no futuro, os efeitos traumáticos e a disrupção da gestão governamental atual.

Ainda no âmbito da economia, precisamos garantir a execução das estratégias de desenvolvimento propostas no evento, favorecendo a inclusão social, a preservação ambiental e o crescimento no contexto de um regime democrático mais bem administrado.

Ao relacionar as aspirações mais amplas da sociedade, enumeramos algumas prioridades, como as liberdades individuais de opinião, de expressão e de associação, assim como a liberdade para empreender, desenvolver potencialidades e assegurar direitos civis.

São medidas que caminham juntas com o desejo maior de justiça social e igualdade perante a lei, além de menor desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades para todos os segmentos da sociedade, sempre partindo da perspectiva do direito dos mais jovens de amplo acesso à aprendizagem e ao conhecimento.

Em última instância, avaliamos que temos, como lideranças empresariais e cidadãos, a responsabilidade de aprofundar os diálogos e as reflexões de temas como os propostos pela FDC por meio da iniciativa Imagine Brasil. E tais

discussões devem ser levadas a todos os fóruns em que haja oportunidade de ampliar esse debate e mobilizar mais segmentos da sociedade. Afinal, a percepção de futuro e de sonho não pode estar dissociada da realidade, da forma como ela foi exposta nesse evento.